

## QUEM TEM MEDO DA FILOSOFIA

Valério Rohden

Resolvi falar sobre um tema que nos toca de perto: sobre as prevenções que se têm contra a Filosofia e as conseqüentes medidas que têm sido tomadas contra ela<sup>1</sup>. Nas últimas semanas perguntei-me reiteradamente, por que essas prevenções e medidas, se a Filosofia não possui em nosso País a relevância que deveria ter. Parece que, contraditoriamente, pela alegação da sua irrelevância ela foi excluída do ensino de II grau, e pela alegação da sua relevância ( negativa ) diversos colegas foram afastados do nosso convívio. O Estado arroga-se o direito de julgar quem é bom ou mau em Filosofia, afastando aqueles que julgou serem maus, justamente aqueles que, na verdade, eram bons<sup>2</sup>. Parece que a base desse procedimento reside num medo à Filosofia: numa hostilidade que sempre houve contra ela, e que parece traduzir-se sob a forma de um medo ao pensamento e à crítica. Por isso, coloco a pergunta: Quem tem medo da Filosofia ? E por quê ?

Basicamente pesquisei esse tema em três autores; dois deles não são brasileiros, mas todos permitem interpretar criticamente a nossa realidade. O primeiro é ROBERTO GOMES, através de seu livro **Crítica da Razão Tupiniquim**; o segundo é MAX HORKHEIMER, através de uma passagem de "Teoria Tradicional e Teoria Crítica"; e o terceiro é FRIEDRICH NIETZSCHE, através de um parágrafo de "Schopenhauer como Educador"<sup>3</sup>. Refletindo sobre esses textos consegui detectar três diferentes centros de medo, cada um assumindo as suas conotações próprias: I. O medo do próprio filósofo: medo de expor-se; II. O medo da opinião pública: medo da crítica; III. O medo do Estado: medo da verdade. O segundo poderia chamar-se também "medo dos dominados", e o terceiro, "medo do dominador". A essas formas de medo poderia acrescentar-se uma quarta, que deixo de tratar nesta ocasião: o medo da liberdade.

### I — O medo dos próprios filósofos: medo de exporem-se.

Uma primeira forma de medo que se tem da atividade filosófica pode ser localizada no íntimo dos próprios filósofos brasileiros. Roberto Gomes usa o termo medo apenas nesse sentido: isto é, no sentido de que os filósofos que exercem sua atividade no Brasil teriam medo de expor-se, porque uma vez expostos e nus não teriam o que mostrar para além do seu formalismo exterior de terno e gravata. Afora isso, teriam medo de enfren-

tar a solidão radical da sua nudez. Em termos rigorosos seriam, pois, filósofos “mudos”, ou loquazes mas sem pensamento — enfim uma forma estranhíssima de seres que propriamente não falariam nem pensariam. Sua expressão seria falsificada por uma retórica dominada por categorias assimiladas e repetidas, sem nenhuma mediação de pensamento e de meio. Seriam uma caricatura de filósofos, se com Roberto Gomes entendemos a Filosofia como “uma razão que se expressa”. Uma razão que se expressa fundamenta uma determinada formação cultural, providenciando temas, linguagem, em determinada posição. “Assim, escreve nosso A., a Filosofia é uma razão que se expressa — fórmula onde a palavra razão comparece carregada de historicidade. E uma filosofia brasileira precisaria ser o desnudamento desta razão que viemos a ser. Seja por excesso de pudor, seja por medo, o fato é que, até hoje, não nos despimos. Talvez temendo nada encontrar por debaixo de nossos trajes europeus, nosso infatigável terno e gravata...” ( p. 25 ).

Num segundo momento, o medo dos filósofos brasileiros, decorrente da sua histórica concepção eclética, consubstancia-se à sua fraqueza de não serem capazes de assumir uma posição e de arriscar-se a ela. Este medo é encoberto pela máscara da isenção e da “objetividade” — que tudo concilia, dissolvendo as oposições e não radicalizando nada. Trata-se, no fundo, de um “medo de assumir nossa posição; medo de desligar-se da cultura européia, dela suplicando reconhecimento” ( p. 38 ). Poderíamos interpretar Kantianamente esse medo, referido por Gomes, como um medo de pensar autonomamente, cujas causas seriam a covardia e a preguiça, como causa da nossa menoridade intelectual<sup>4</sup>. Por que devemos pensar nós, pergunta-se Kant, se outros podem fazê-lo por nós, e se podemos pagá-lo? Chegamos a comprazer-nos em ter tutores e em ser dóceis à sua manipulação. Portanto, R. Gomes, responde negativamente a propósito dos filósofos brasileiros: eles não estão tendo coragem para pensar, para superar a sua dependência e contribuir para a maioridade própria e dos outros: “Eis o que nos aterroriza e que nos põe nos limites de nossas certezas: pensar por conta própria” ( p. 85 ).

## II — O medo da opinião pública: medo da crítica

R. Gomes não chega a falar da crítica em termos de medo, antes, da hostilidade que ela provoca no público, pelo perigo que ela oferece à sua comodidade e segurança. Em decorrência disso, o decantado espírito de conciliação e tolerância típico do brasileiro facilmente converte-se no seu oposto, ou seja, no fanatismo de quem não admite uma

posição diferente da sua. E isso porque não aprendemos a conviver racional e democraticamente: “Somos incapazes de conviver e dialogar com alguém que discorde de nosso modo de ver — embora sejamos capazes de conviver com autores e obras mutuamente excludentes, adotando a todos com igual entusiasmo. No que se percebe pouca razão” ( p. 45 ). Assim, ao nível social, “divergir é crime. Discordar é subversão. Perguntar já é um ato de desobediência. Isso no país do jeitinho, do homem cordial, do carnaval eterno” ( p. 43 ). A ausência de consciência crítica gera a intolerância, o sectarismo, o partidarismo estéril, a repressão, a censura, o irracionalismo e autoritarismo políticos. Em tal contexto a Filosofia não tem condições para exercer-se e cumprir sua missão: “de ser o centro da consciência crítica, de negação de nossas falsificações existenciais” ( p. 44 ). Ao invés disso, torna-se inexpressiva, interiorizando sem revolta a repressão difusa no meio social dado.

A Filosofia possui, pois, uma face inquietante enquanto ameaça a nossa tranqüilidade, os esquemas prontos para enfrentar o real, que é aniquilado como coisa em si. Como pensamento, ela possui justamente a função de destruir a positividade do dado e de dizer que o positivo fáctico não é por si só verdadeiro, mas como tal é, antes, uma verdade em vias de esclerosar-se como não verdade.

Durante muito tempo a Filosofia manteve-se atrasada com relação ao nosso desenvolvimento intelectual. Sua fase de maior desenvolvimento coincidiu com a fase do aumento do autoritarismo estatal. Enquanto o desenvolvimento intelectual mantinha-se ao nível artístico e ensafístico, era mais fácil controlar as novas propostas que oferecia. Uma razão ornamental, alienada, não permitia questionar mais radicalmente as bases da visão de mundo vigente: “Mas pensemos no que ocorre sempre que se tenta ir na Filosofia ou em qualquer outra forma de expressão e conhecimento, além de mero questionamento ornamental das condições nacionais” ( p. 91 ). Entre nós o espírito crítico foi mantido nos limites permitidos pela ordem vigente. E os cultores da Filosofia do tipo da razão ornamental procuraram afastar-se das questões mais delicadas e mais urgentes ( que eram desprezadas ), flutuando nas questões metafísicas.

Mas vejamos o que nos diz Horkheimer sobre uma forma de hostilidade existente na opinião pública, que eu diria existente mais em termos de preconceito, contra a atividade do pensamento crítico e as suas consequências<sup>5</sup>. A hostilidade da opinião pública dirige-se contra a ameaça que o pensamento crítico parece constituir à sua acomodação à realidade. Nisto Horkheimer e Gomes coincidem. Horkheimer, contudo, explicita-nos uma segunda forma de medo aí contida. Destaco alguns pontos chaves da passagem que quero analisar:

1. Essa hostilidade dirige-se contra a teoria em geral.
2. A razão da hostilidade decorre da “atividade modificadora ligada ao pensamento crítico”.
3. Imediatamente, não se constitui nenhuma resistência contra o pensamento tradicional e neutro, porque este, que só registra, classifica, e, na verdade, está comprometido com a realidade dada e com o “status quo”.
4. A resistência esboça-se sob a forma de medo inconsciente de que o pensamento crítico negue a “verdade dada” ou, em termos de Horkheimer, “de que o pensamento teórico faça aparecer como equivocada e supérflua a acomodação deles à realidade, o que foi conseguido com tanto esforço”.
5. Por outro lado, os aproveitadores dessa situação suspeitam da autonomia intelectual em geral, gerada pelo exercício da teoria e pela consciência que ela inevitavelmente produz. Neste sentido, a própria inofensiva teoria tradicional torna-se suspeita, porque toda teoria é vista como o oposto do positivo e porque qualquer preocupação séria com questões humanas desemboca necessariamente numa teoria crítica da sociedade.

É como crítica, e não por alguma outra utilidade mais imediata, que a Filosofia desempenha uma função social. Os filósofos encontram-se por princípio, e não circunstancialmente como a ciência, em relação tensa com a realidade, especialmente com a comunidade em que vivem. O conflito da Filosofia com a sociedade deriva dos seus princípios imanentes: A Filosofia afirma a liberdade das ações humanas, reivindica a necessidade geral da crítica, opõe-se à tradição, à resignação e lança luz sobre hábitos arraigados que parecem naturais. A defesa desta dimensão da Filosofia levou Sócrates à morte, e por esta mesma dimensão ela mantém, até hoje, uma relevância originária. Quer dizer, a Filosofia nunca encontra um lugar dentro da ordem existente, que com seus valores constitui, antes, um problema para a Filosofia. Por isso, ela também não aceita a função meramente ideológica que a moderna Sociologia lhe atribui, porque esta limitação é ou dogmática ou cética: se fosse crítica admitiria a possibilidade da verdade (ao menos a própria, e atribuiria a ideologia apenas ao adversário, como diz RICOEUR)<sup>7</sup>. Essa concepção sociológica visa antes, a frustrar o pensamento do futuro e a sua tendência prática.

A verdadeira função social da Filosofia consiste na crítica do estabelecido. “A meta principal desta crítica — afirma Horkheimer — é impedir que os homens se abandonem àquelas idéias e formas de conduta que a sociedade em sua organização atual lhes dita...” Conseqüentemente,

a posição da Filosofia torna-se precária, questionada, incômoda e uma verdadeira fonte de contrariedades, sobretudo porque ela consiste numa “tentativa metódica e perseverante de introduzir a razão no mundo”. Desse modo, a Filosofia desloca-se hoje para o centro da realidade social, e esta para o centro da Filosofia. E ela tem por missão zelar para que — como ocorre nas crises que o pensamento e a fé humana atravessam nos períodos totalitários — não se perca mais a capacidade para a teoria e para a ação que dela se origina.

### III — O medo do Estado: medo da verdade.

Nietzsche permite-nos localizar a terceira forma de medo que se tem com relação aos filósofos e à sua atividade. Em primeiro lugar, o Estado tem medo de homens que fazem verdadeira filosofia. Tais homens, pela sua própria estatura de pensamento e de homens, não servem ao Estado, e ele não os favorecerá, ou seja, não favorecerá a verdadeira Filosofia. ( Entre nós não aconteceu justamente isto, que o Estado se desfez dos seus melhores elementos, daqueles em quem não podia confiar ? ).

Em segundo lugar, o Estado só favorecerá filósofos dos quais não tem medo, os quais por sua vez são postos à disposição do Estado para darem a ele a aparência de ter a Filosofia e verdade de seu lado. Quer dizer, ele usa todos os meios ao seu alcance para se manter, inclusive a Filosofia. Mas a Filosofia é um péssimo aliado do Poder. Horkheimer narra como o rei da Prússia chamou Hegel à corte para solicitar-lhe a lealdade dos praticantes da Filosofia e a neutralização de toda oposição doutrinária ao Poder. Hegel, em princípio, acudiu ao apelo do rei: conciliou a razão com a realidade. Mas para fazê-lo teve de desenvolver e analisar um grande complexo de conceitos, como justiça, liberdade, história, e as condições de sua transformação, o que redundou tornando a filosofia de Hegel imprestável ao Estado. Em vista disso, Nietzsche observa-o com razão, “o Estado tem medo da Filosofia em geral”. Por isso, ela foi também eliminada dos nossos colégios, o ensino esvaziou-se sempre mais do pensamento, deteriorou-se nas universidades, e os professores que representavam a Filosofia foram substituídos pelos que eram instrumentos dóceis do Poder, segundo Nietzsche esse procedimento seria correto em termos de Poder, pois, “se alguém suporta ser filósofo em função do Estado, tem também de suportar ser considerado por ele como se tivesse renunciado a perseguir a verdade em todos os seus escaninhos”. Tem de reconhecer sempre, acima da verdade, o Estado com tudo o que ele implica.

Grave em tudo isso é que, mediante certas concessões do Estado à Filosofia, ele: 1º escolhe os filósofos que quer utilizar e dá a impressão que é capaz de julgar sobre bons e maus filósofos, e que são os bons

filósofos em número suficiente que ocupam as suas cátedras; 2º força esses a ensinarem diariamente, mesmo quando não têm nada a dizer, e a pensar publicamente, mesmo quando não lograram produzir nenhum pensamento; 3º compromete a Filosofia a fazer o papel da erudição, de produzir repensadores e pós-pensadores anteriores. Se com essa erudição só se aproveita uma educação para a prova — que leva os estudantes a suspirarem ao fim do semestre com um “graças a Deus que não sou filósofo, mas cristão e cidadão do meu Estado !” — então devemos dar também razão a Nietzsche ao perguntar: “E se esse suspiro profundo fosse justamente o propósito do Estado, e a “educação para a Filosofia”, em vez de conduzir a ela, servisse somente para afastar da Filosofia ? ”.

De minha parte, espero não ter tecido considerações demasiadamente abstratas relativamente às condições da atividade filosófica no Brasil. Também entre nós o Poder luta contra o pensamento. E sob tais condições o pensamento sente-se inseguro. Dele, contudo, se espera que não resigne e que vença. Só quando o pensamento vencer definitivamente a nossa função na educação não correrá o risco de ser aquela apregoada por Nietzsche: de sermos legitimadores de um Estado cuja preocupação básica não seja a verdade, mas a manutenção do Poder. Tal Poder mantém-se temporariamente pela violência; mas precisa da teoria para, a longo prazo, fazer crer que age segundo a verdade.

Precisamos meditar sobre esse medo que a Filosofia gera e encontrar estratégias para combatê-lo: 1º nos filósofos — desenvolvendo o pensamento autônomo e crítico da realidade; 2º na opinião pública — mostrando o seu engano, mas mostrando também como a Filosofia está de seu lado, como em KANT a Filosofia toma perante o Estado o partido povo defende os seus direitos; 3º no Estado — desmistificando as falsas legitimações, procurando desenvolver uma política verdadeira ( tarefa que em parte cabe a uma teoria cognitivista da práxis ) e exigindo do Estado o direito à liberdade do exercício público e ilimitado do pensamento, contra a sua privatização e a sua morte, reivindicação que foi formulada por Kant nos seguintes termos: Se o governo aprovar promover o saber e a verdade, não se pedirá a ele senão uma coisa: que não crie embaraços ao progresso desse saber e das ciências ( Cf. *Der Streit der Fakultäten*, p. 282 ).

#### NOTAS

(1) Este trabalho foi apresentado em 12 de julho de 1979 na mesa-redonda sobre “Dilemas da Produção Filosófica no Brasil”, em Fortaleza, Ceará, como parte integrante do tema central da 31ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progres-

so da Ciência: "Dilemas da Produção Científica no Brasil". Presidiu à mesa-redonda o Prof. Dr. Oswaldo Porchat Pereira, Coordenador do Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência da UNICAMP, e dela fizeram parte ainda os Professores Dr. José Arthur Giannotti, do CEBRAP e Dr. José Henrique Santos, da UFMG.

(2) Na discussão a propósito dos trabalhos apresentados, o Prof. Giannotti observou-me quanto a este ponto, que o Estado também afastou maus professores. O que, a meu ver, deve-se a dois fatores: ou a um compreensível engano de avaliação, ou ao fato de que nenhuma teoria, em última análise, serve inteiramente ao Estado. Em princípio, contudo, o Estado tenta servir-se ideologicamente da Filosofia, desfazendo-se daquela que não lhe serve neste sentido. Vide, a propósito, o trabalho de Giannotti, apresentado na mesma mesa-redonda: "ser ou Não-Ser Professor de Filosofia".

(3) O livro de Roberto Gomes foi editado pela Editora Movimento, em co-edição com a Editora da URGs, em 1977. O texto de Horkheimer, cuja passagem discutida constituiu a fonte original de inspiração deste trabalho, encontra-se em W. BENJAMIN e Outros. Textos Escolhidos, Coleção "Os Pensadores", volume XLVIII, primeira edição, Editora Abril, São Paulo, 1975. O texto de Nietzsche encontra-se em Obras Incompletas, volume XXIII, primeira edição da Coleção "Os Pensadores", 1974. A Paulo Faria agradeço ter-me despertado a atenção sobre esse texto de Nietzsche.

(4) Cf. I. KANT, "Resposta à Pergunta: Que é Esclarecimento ? " In: Textos Seletos. Petrópolis, Vozes, 1974, p. 100 e segs.

(5) Cf. Horkheimer, texto citado, p. 155. Conviria distinguir entre formas mais e menos adaptadas de opinião pública, como o fazem O. NEGt/A. KLUGE, em *Offentlichkeit und Erfahrung, Zuy Organisationsanalyse von bürgerlicher und proletarischer Offentlichkeit*, Frankfurt, Suhrkamp, 1972. Também T. W. ADORNO, no último trabalho publicado antes de sua morte, comenta que a opinião pública, além de ser o principal veículo da crítica eficaz, tornou-se também mercadoria, que trabalha contra o princípio da crítica para vender-se melhor. Cf. T. W. Adorno, "Kritik". In: *Die Zeit*, de 27/6/1969.

(6) R. Gomes parece não ter bem presente esta diferença. De minha parte, não uso aqui o termo função no sentido ortodoxo da teoria de sistemas, porque a Filosofia não tem função num sistema, nem a sociedade pode ser concebida como sistema. A Filosofia luta na sociedade pelo desenvolvimento dinâmico desta e contra a sua petrificação e seu atrofiamento através de formas estabelecidas. De resto, sigo na II parte as idéias de Horkheimer contidas em "A Função Social da Filosofia", publicado em Caderno de Sábado do Correio do Povo, Porto Alegre, 11 de novembro de 1978. O texto original e completo correspondente pode ser encontrado em: *Die gesellschaftliche Funktion der Philosophie*, Frankfurt, Suhrkamp, 1974, p. 270 e segs.

(7) Cf. P. RICOEUR, *Interpretação e Ideologias*, Rio, Francisco Alves, 1977.

(8) Adorno, em seu último trabalho, atrás referido, comenta a posição anticrítica de Hegel: Em sua finitude o pensamento deveria resignar-se perante um superior, que é o estabelecido, o existente porque ele é racional: racional é quem não se opõe ao existente e encontra nele a sua razão.

(9) Cf. I. KANT, *Der Streit der Fakultäten*, in: *Werke in Zehn Banden*, hg. v. W. Weischedel, Bd. 9. Barmstadt, W.B.G., 1968, p. 363.